

Governo Cardoso (1995-2002) e Governo Lula (2003-2010): Homologia entre Trajetórias dos Ministros e Crenças Econômicas Estatais Vigentes

*Maria Chaves Jardim**

*Tiago Rosa***

Resumo

Os governos Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010) constituem momentos marcantes da história social, política e econômica contemporânea do Brasil. O artigo busca explorar o tema, a partir do estudo da biografia de 151 ministros que atuaram entre 1994 e 2010 nas pastas titulares. Após apresentar uma cartografia do perfil de todos os ministros, por meio de diversas variáveis, o artigo dá destaque para três delas: ocupação dos pais e avós dos ministros, universidade pelas quais passaram e a circulação internacional desses. Buscamos identificar se existe homologia entre a trajetória individual dos ministros e as crenças econômicas vigentes do período. Inspira-se na sociologia de P. Bourdieu e faz uso da Prosopografia. Os resultados indicam existir homologia entre as trajetórias individuais dos ministros e as crenças econômicas vigentes do período, expressa, sobretudo, a partir de crenças neoliberais ou desenvolvimentistas, divulgadas nas universidades pelas quais passaram, em formato de teoria econômica.

Palavras-chave: Governo Cardoso. Governo Lula. Ministros. *Habitus*. Trajetória.

* Professora Livre Docente em Sociologia Econômica do Departamento de Ciências Sociais da UNESP de Araraquara e do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da FCLAr. Orcid meu (Maria): <https://orcid.org/0000-0001-5715-1430> E-mail: majardim@fclar.unesp.br

** Mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp de Araraquara. Pesquisador do Núcleo de pesquisa sobre Sociedade, Poder, Organização, Emoção e Mercado (NESPOM). Email: tiagobor2013@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-1982-4555>

Cardoso Government (1995-2002) and Lula Government (2003-2010): Homology Between Trajectories of Ministers and Current State Economic Beliefs

Abstract

The Cardoso (1995-2002) and Lula (2003-2010) governments are important moments in Brazil's contemporary social, political and economic history. The article seeks to explore the theme, based on the study of the biography of 151 ministers who worked between 1994 and 2010 in the head offices. We sought to identify the individual trajectory of the ministers of the periods by means of some variables, three of which gained prominence: the occupation of the ministers' parents and grandparents, the university held by the ministers and their international circulation. It is inspired by the sociology of P. Bourdieu and makes use of Prosopography. The results indicate that there is homology between the individual trajectories of the ministers and the economic beliefs of the governments in which they were involved.

Keywords: Cardoso's Government. Lula's Government. Ministers. *Habitus*. Trajectory.

Gobierno de Cardoso (1995-2002) y Gobierno de Lula (2003-2010): Homología Entre las Trayectorias de los Ministros y las Creencias Económicas Estatales Actuales

Resumen

Los gobiernos de Cardoso (1995-2002) y Lula (2003-2010) son momentos notables en la historia social, política y económica contemporánea de Brasil. El artículo busca explorar el tema, basado en el estudio de la biografía de 151 ministros que trabajaron entre 1994 y 2010 en las carteras titulares. Intentamos identificar la trayectoria individual de los ministros de los períodos a través de algunas variables, tres de las cuales ganaron prominencia: la ocupación de los padres y abuelos de los ministros, la universidad en poder de los ministros y su circula-

ción internacional. Está inspirado en la sociología de P. Bourdieu y hace uso de la Prosopografía. Los resultados indican que existe una homología entre las trayectorias individuales de los ministros y las creencias económicas de los gobiernos en los que estuvieron involucrados.

Palabras clave: Gobierno de Cardoso. Gobierno de Lula. Ministros. *Habitus*. Trayectoria.

Introdução

Os governos Cardoso e Lula constituem momentos marcantes da história social, política e econômica contemporânea do Brasil e, por isso, têm gerado disputas acadêmicas pela sua compreensão. As análises vão desde aqueles que consideram que não existem diferenças entre ambos os governos, pois esses foram igualmente neoliberalizantes (Boito, 2003; Antunes, 2004, Pinassi, 2012), até as correntes que colocam de um lado os governos Cardoso como neoliberais (Grün, 2007), e, do outro, o neodesenvolvimentismo estatal dos governos Lula (Bresser Pereira, 2007; Boschi, 2010; Jardim, 2013). Há, ainda, leituras que colocam ambos como liberais-desenvolvimentistas (Sallum e Goulart, 2016).

O artigo busca explorar o tema, a partir do estudo da biografia de 151 ministros que atuaram entre 1994 e 2010 nas pastas titulares. Após apresentar uma cartografia do perfil de todos os ministros, por meio de diversas variáveis, o artigo dá destaque para três delas: ocupação dos pais e avós dos ministros, universidade pelas quais passaram e a circulação internacional desses. Nossa expectativa é que, ao colocarmos em perspectiva comparada os dados recolhidos dos agentes, possamos identificar uma possível homologia entre as crenças individuais dos ministros e as crenças econômicas estatais vigentes em cada período.

O artigo contribui em uma literatura tratada apenas pela Ciência Política, sobre as trajetórias de ministros recrutados, já que

no âmbito da Sociologia não encontramos nenhuma iniciativa em estudos dessa natureza. Mesmo na Ciência Política o tema é considerado ainda pouco estudado. Como afirmam D'Araújo e Ribeiro (2018, p. 01), “sabemos pouco sobre as características desse grupo, sua distribuição pelas regiões da federação, sua composição socioeconômica e como suas experiências e saberes disciplinares são distribuídos entre as diferentes pastas”.

Além desta introdução e das considerações finais, o artigo está dividido em quatro seções: na primeira, realizamos uma apresentação do referencial teórico-metodológico e na sequência apresentamos uma revisão bibliográfica dos governos Cardoso e Lula. Na terceira seção, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre ministros e apresentamos o banco de dados, cruzando variáveis e, finalmente, na quarta seção, realizamos algumas análises.

1. Referencial teórico-metodológico de Pierre Bourdieu: habitus, trajetória, prosopografia e Estado

1.1. Habitus, trajetória e prosopografia

Nossa inspiração teórica é a Sociologia Relacional de Bourdieu, especialmente os conceitos de *habitus* e crença, assim como sua discussão sobre Estado. A coleta de dados foi realizada via prosopografia, considerando a discussão de Bourdieu sobre trajetória.

O conceito *habitus* foi desenvolvido por Pierre Bourdieu, a partir da necessidade que o autor sentiu em apreender as relações de afinidade entre o comportamento dos agentes e as estruturas e condicionantes sociais. Para o autor (2003), a visão de mundo de um agente é fabricada socialmente. Portanto, a trajetória dos agentes ajuda a construir aquilo que Bourdieu chamou de *habitus*, formado por pré-disposições construídas ao longo do

processo de socialização. São aquelas características que o agente carrega, herdadas de sua origem social e atualizadas a todo momento, mas que não são determinantes.

Para Bourdieu (2003), o *habitus* integra experiências passadas e atua como uma matriz de percepções, de ações, de gosto e de crenças. Essa “matriz”, ou conjunto de disposições, fornece esquemas necessários para a intervenção dos agentes sociais na vida diária, de forma não necessariamente consciente. “*Habitus* é um operador, uma matriz de percepção e não uma identidade fixa” (Bourdieu, 2003, p. 83), ou seja, são mutáveis e produtos da história dos agentes. Trata-se de um marcador simbólico que pode expressar distinção ou desclassificação (Bourdieu, 2003). Mostra distinção quando expressa a cultura dominante; expressa desclassificação quando apresenta a cultura dos dominados.

É uma noção que nos auxilia a pensar as características de uma identidade social dada, de uma experiência biográfica, um sistema de orientação (ora consciente, ora inconsciente), mas também do coletivo. Para objetivar o *habitus* de um agente, é preciso localizá-lo em uma trajetória social, afinal, o *habitus* não existe nele mesmo; é fabricado durante uma trajetória determinada. Nesse sentido, a origem social é um holofote poderoso na elucidação das trajetórias, pois o *habitus* primário (instituição familiar) é uma primeira e profunda impressão social sobre o agente, que sofre sedimentações ao longo da vida.

Para o autor, a trajetória é a objetivação das relações entre os agentes e as forças presentes no espaço social. Essa objetivação resulta em uma trajetória, que diferente das biografias comuns, descreve a série de posições sucessivamente ocupadas pelo mesmo agente em estados sucessivos do espaço social (Bourdieu, 2003). Na perspectiva de Bourdieu, o estudo de trajetória busca analisar o conjunto de posições ocupadas, transformando o conceito de trajetória individual em algo coletivo, e destacando posições em comuns, ao mesmo tempo em que analisa o

espaço comum dos agentes, criando, com isto, a prosopografia do grupo estudado. Na prosopografia, o conceito de *habitus* é fundamental, considerado como algo cultural e historicamente localizado.

O uso da prosopografia no estudo de trajetória visa fugir daquilo que Bourdieu (2003) chamou de “os perigos da ilusão biográfica”, ou seja, o estudo de indivíduos isolados do campo no qual estão inseridos: “Devemos precaver-nos contra a criação da ilusão biográfica, situando claramente os agentes sociais em seu grupo social, procurando narrar [...] a construção diacrônica da trajetória dos grupos nos diversos campos” (1996, p. 55).

A metodologia foi utilizada por Bourdieu em “La Noblesse d’Etat: Grandes **écoles** et esprit de corps” (1989), quando, a partir da prosopografia, o autor demonstrou existir homologia entre a origem social, a escola frequentada e a carreira profissional e política dos agentes estudados. Da mesma forma, na investigação prosopográfica sobre o Episcopado Francês, Pierre Bourdieu e Monique de Saint Martin (1982) evidenciaram que a origem social é o princípio que determina a posição ocupada e as tomadas de decisão dos prelados, embora não determine a trajetória seguida. Ainda, dentre os herdeiros de Bourdieu, lembro a tese de doutoramento de Lebaron (2000), que, a partir da prosopografia de 176 dirigentes e diretores de banco centrais, concluiu que a passagem pela universidade impacta fortemente na visão de mundo dos presidentes dos bancos centrais. Ou seja, o autor demonstra que a visão *mainstream* de economia ensinada pelas escolas americanas seria expressa nas tomadas de posição dos presidentes dos bancos centrais. Lebaron coloca ênfase sobre a importância da socialização secundária na fabricação do *habitus*, inspirando este artigo.

A prosopografia foi usada por importantes referências das ciências sociais, por exemplo, Robert Merton (1938), que estudou o congresso americano, e Norbert Elias, que fez o estudo da pro-

sopografia em rede no livro “O Processo civilizador” (1994). No Brasil, temos algumas iniciativas, como a de Sérgio Miceli, que no livro “Intelectuais à Brasileira” (1991) afirma:

Essa metodologia requer a construção da biografia coletiva de um determinado setor da classe dirigente com base em uma estratégia de exposição e análise que se vale do exame detido de casos exemplares, alçados à condição de tipos ideais, e, com base nesse *corpus* de evidências, de inferências qualificadas acerca do grupo ou do setor de classe na mira do pesquisador (Miceli, 1991, p. 137).

Grün (2012) também operacionalizou a metodologia em pesquisa sobre o alto escalão dos governos Cardoso e Lula. Na ocasião, o autor concluiu, com base nos dados prosopográficos dos agentes, que o alto escalão do Governo Lula tem origem social popular. Da mesma forma, demonstrou que o alto escalão do governo Cardoso passou por escolas particulares e era oriundo de famílias consideradas de posse econômica e cultural. Nosso banco de dados confirma a hipótese de Grün.

Diante do referencial teórico, defendemos que a prosopografia é uma aliada para a objetivação das trajetórias dos ministros, visando a captar o perfil individual desses e, em seguida, buscar homologia entre essas trajetórias e as crenças econômicas vigentes no período.

No que se refere ao conceito de homologia, este aparece na obra de Bourdieu para abordar correspondências entre um campo e outro, entre um agente e outro, ou entre um agente e um campo. Para o autor, existe uma homologia estrutural nos campos, no sentido que existem propriedades homólogas (correspondentes) que regulam o funcionamento dos mais diversos campos. Neste artigo, buscamos identificar se existe homologia entre a trajetória dos ministros e as crenças econômicas defendidas pelos governos Cardoso e Lula.

1.2. Estado como produtor de crença em Bourdieu

Outra discussão presente na obra de Bourdieu, que inspira nossas análises, é a sua discussão sobre Estado (2014). Para além de um Estado abstrato, Bourdieu adota um conceito de Estado encarnado e objetivado em agentes sociais. Estado que influencia e sofre influência dos seus agentes, que por sua vez, são encarnadores do Estado. Para o autor, o Estado seria o resultado de categorias de pensamento dos agentes que nele atuam. Portanto, os agentes estatais influenciariam as crenças estatais em vigor.

Em Bourdieu (2014), o Estado é considerado como um espaço relativamente autônomo em relação às forças sociais em luta pelo poder, assegurando uma posição de árbitro nos conflitos políticos. Dizer que o Estado é legítimo em Bourdieu, é dizer que ele pode obter a submissão da ordem que impõe, tendo como única forma de constrangimento o poder simbólico. Assim, a obediência não passa pela coerção em Bourdieu. O reconhecimento da legitimidade da obediência é um ato de conhecimento, que é um ato de submissão inconsciente à ordem social, ou seja, é um ato de crença, mais ainda, de crença coletiva.

Pierre Bourdieu (2003) entende crença como um tipo de consenso ou de senso comum vigente. Trata-se de uma verdade imposta a um grupo social, a qual de tão natural não se nota sua arbitrariedade. Como produtor de magia social, o Estado em Bourdieu não tem a necessidade de dar ordens, ou de exercer coerção física para produzir um mundo social ordenado, “pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a crença da qual falava Hume, a submissão *dóxica* à ordem estabelecida” (Bourdieu, 2003, p. 119).

Bourdieu nos chama a atenção para o fato que pensamos o Estado a partir do próprio pensamento criado pelo Estado, pois o Estado é ele mesmo nosso próprio pensamento. Mais concre-

tamente, o pensamento do Estado não é somente um discurso. Este pensamento se inscreve no mundo social, já que o Estado seria o mundo social em forma de discurso e em sentido prático. Essas estruturas são tão naturalizadas que os agentes sociais nem se dão conta do processo de produção de crenças.

Dessa feita, o Estado instaura, através da ordem simbólica que impõe, duas formas de poder: a estrutura objetiva do Estado e a estrutura mental para pensar o Estado, que são homólogas. Assim, passa a existir na objetividade, nas estruturas materiais e na subjetividade dos agentes, ou seja, nas representações sobre a forma de visão de mundo.

A seguir, uma síntese dos governos Cardoso e Lula, momentos em que os ministros estudados estiveram à frente do poder. A ideia do item é identificar as principais crenças vigentes nos períodos, para depois cruzar com as trajetórias individuais dos ministros.

2. Governos Cardoso e Lula: crenças neoliberais e crenças desenvolvimentistas

2.1. Governo Cardoso

No final dos anos 1980, o cenário econômico mundial esteve enfraquecido pela crise fiscal que abateu os países latino-americanos. Tal condição foi resultante de uma onda ideológica neoliberal iniciada nos Estados Unidos na década de 1970 (Bresser-Pereira, 2007). Esta forma econômica de pensar, agir e sentir (Lebaron, 2012) se convencionou chamar de Consenso de Washington e foi o fio condutor do governo Cardoso (Tavares, 1999; Bresser-Pereira, 2007). Quando falamos em Consenso de Washington, buscamos apenas um marcador simbólico desse momento, pois, conforme nos mostram Dezalay e Garth (2002), os países não fizeram importação automática dos paradigmas

estabelecidos no Consenso de Washington. Ao contrário, houve tensão interna em cada país e negociação com os códigos econômicos, políticos e culturais existentes nesses.

Com as especificidades de cada país, uma parte deles – com clara exceção para os tigres asiáticos e China – abandonou suas estratégias de desenvolvimento nacional (Bresser-Pereira, 2007) e se adaptou a um projeto ligado à constituição de estruturas produtivas, independente da economia nacional. Foucarde-Guorinchas e Babb (2002) acrescentam que a globalização econômica e financeira desempenhou um papel crítico na promoção da transição para políticas neoliberais, mas que as condições institucionais locais foram decisivas para as economias desenvolvidas e que os padrões institucionalizados das relações Estado-sociedade determinaram a maneira pela qual as transições não liberais foram realizadas.

As autoras argumentam que enquanto no Chile e na Grã-Bretanha o conflito de distribuição mal mediado criou as condições ideológicas para uma revolução “monetarista”, no México e na França, o neoliberalismo era entendido principalmente como um passo necessário para adaptar o país à economia internacional.

Foi nesse contexto que o governo Cardoso teria aderido às crenças neoliberalizantes – já iniciadas durante o período Collor. Contudo, conforme Dezalay e Garth (2002), não podemos afirmar que houve uma importação uníssona dessas ideias.

Lebaron (2012) afirma que o paradigma neoliberal encontrou eco nas escolas de economia dos Estados Unidos, a partir de 1980, e tem formado os diretores e os presidentes dos bancos centrais ao redor do mundo. No Brasil, a Fundação Getúlio Vargas (FGV) seria a representante dessa visão. Loureiro (1997) classifica a Pontifícia Universidade Católica (PUC) e a FGV como privatistas e próximas dos bancos, argumento retomado por Dutra (2012).

No nosso banco de dados, é no governo Cardoso que encontramos o maior número de ministros com formação na FGV ou PUC-RIO, os quais complementaram seus estudos em determinadas escolas americanas. Segundo Lebaron (2000), complementar os estudos em universidades americanas, tais como Cambridge, Harvard, Princeton, Berkeley, Columbia, Cornell University e Yale University, seria uma forma de cumprir todos os rituais de acesso às crenças liberalizantes produzidas pela economia neoclássica (Lebaron, 2000).

Foi nesse contexto que o governo Cardoso passou a defender que as finanças do Estado deveriam ser equilibradas e realizou forte estímulo às empresas privadas (Sallum e Goulart, 2016). O governo colocou em pé de igualdade as empresas de capital nacional e estrangeiro, através da aprovação de um conjunto de leis no Congresso Nacional. Essas Leis regulamentaram as concessões de serviços públicos para a iniciativa privada e preservou o programa de privatizações e de concessões.

No âmbito do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social — principal agente financeiro da industrialização do país — foi notável a diversificação setorial das empresas atendidas. Além da indústria, o BNDES passou a financiar atividades comerciais, turísticas e agrícolas, sendo que as empresas estatais deixaram de ser o ponto central.

Sobre o contexto, Grün (2007) afirma que os movimentos de fusões e privatizações das empresas estatais abriram espaço para as corporações internacionais atuarem no mercado brasileiro. Dessa forma, a lógica financeira do período começou a predominar na sociedade brasileira no meio organizacional e os princípios dominantes no capitalismo internacional passaram a ter algum eco junto ao Estado brasileiro. Lembramos que sempre houve uma tradição na economia brasileira de defesa do capital estrangeiro e das privatizações, sendo Roberto Campos o representante mais icônico desse pensamento.

No que se refere às crenças liberalizantes do período, podemos citar a consolidação das finanças públicas. Ou seja, a agenda governamental passou a incorrer pela cobrança da realização de “superávits estruturais” para atender a expectativa dos agentes investidores (Lopreato, 2013), dentro de um modelo econômico com forte predomínio dos mercados.

Buscando enquadrar-se nos critérios exigidos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), o governo Cardoso passou a buscar o superávit primário que, juntamente com o controle da inflação e das contas públicas, tornaram-se o mantra daquele período. Em complemento, a mídia *mainstream* e parte do empresariado passaram a condenar o que chamariam de “excessos e ineficiência do Estado”, acompanhados da defesa de “menos Estado e mais mercado” (Jardim, 2013).

Segundo Lopreato (2013), o governo Cardoso concentrou suas atenções no ajuste das contas públicas, baseado na crença de que através do aprofundamento dos cortes de gastos, a resolução das questões existentes poderia ser atingida pela criação de espaços orçamentários (Lopreato, 2013, p. 02). No contexto, o governo foi favorável à estabilização macroeconômica com integração à globalização e à cooperação com investimento externo, no sentido afirmado por Sallum (1999): “Para a corrente neoliberal dominante a prioridade era a estabilização dos preços” (Sallum, 1999, p. 33).

No que se refere ao investimento na educação, o Governo priorizou apenas soluções via mercado, como o FIES. Falamos apenas porque o governo Lula também fez uso do mercado para pagar a educação superior, via PROUNI, mas fez, por outro lado, estímulos à universidade pública, via REUNI.

Consideramos para este artigo, que o neoliberalismo iniciado nos anos Collor teria assumido certo protagonismo como crença econômica dominante nos anos Cardoso.

2.2. Governo Lula

Assim como em relação ao governo Cardoso, não existe consenso na literatura sobre as tomadas de posições e crenças do governo Lula. Os analistas classificam o período Lula de formas diversas, que vão desde neoliberal, liberal-social à neodesenvolvimentista, keynesianista, novo desenvolvimentista, populista, intervencionista.

Por exemplo, Boschi (2010) afirma que nesse governo houve um novo tipo de intervencionismo estatal, que adquiriu particularidade em relação ao do passado, já que nesse haveria mais uma modalidade híbrida de coordenação econômica do que o retorno do Estado produtivo. O autor fala em “novo desenvolvimentismo”, pois o Estado passou a ser o regulador do social e da economia. Nessa crença estatal, o funcionamento dos mercados estaria submetido à lógica política.

Já para Bresser-Pereira (2007), o “neodesenvolvimentismo” presente no governo Lula diferiu do “nacional-desenvolvimentismo” que vigorou na década de 1970 e do neoliberalismo vigente no governo Cardoso e defende que a crença neoliberal tenha ficado nos anos Cardoso, pois os anos Lula colocou em destaque a crença intervencionista, que pressupõe o controle do mercado pelo Estado.

Esse argumento não é compartilhado por Boito (2003), Antunes (2004) e Pinassi (2012), para quem no governo Lula vigorou a submissão do Estado às finanças. Para esses autores, o governo só procurou recompor sua função de “alívio” social através da criação de empregos (quase sempre precários e temporários), políticas de recuperação do salário mínimo e redistribuição de renda, enquanto a economia se renacionalizou por meio de financiamentos do BNDES. Os autores entendem que o governo Lula praticou o “social-liberalismo”, ou seja, a manutenção do modelo econômico neoliberal, combinado com crescimento econômico e políticas sociais compensatórias.

Grün (2007) defende que durante o Governo Lula as empresas nacionais passaram a incorporar crenças dominantes do capitalismo internacional, como a abertura de capital em bolsa de valores e a governança corporativa como ferramenta de gestão. Jardim (2009, 2013) e Silva (2013) apontam que esse governo passou a se apoiar nas poupanças dos fundos de pensão para o investimento nos projetos de infraestrutura do país, sobretudo no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), inclusive para a aquisição de ações de empresas, estratégia que teria gerado emprego e renda (Silva, 2013). Na mesma direção, Mun-do Neto (2012) afirma que, no governo Lula, o Estado atuou de forma direta no mercado de capitais e adquiriu recursos de terceiros. Tal fenômeno teria acontecido através da BNDES-PAR, que é uma *holding* estatal gestora de capital de risco, subsidiada pelo BNDES. Teria havido uma mudança no modelo de atuação da BNDES-Par, que teve como crença central a participação no mercado financeiro.

Para Sallum e Goulart (2016), no governo Lula a crença neoliberal se manteve, já que esse governo buscou de várias maneiras compatibilizar a herança do período Cardoso, com o programa social do Partido dos Trabalhadores (PT). Posição diferente é a de Mesquita (2014), para quem, apesar de jamais ter abandonado o tripé macroeconômico estabelecido em 1999, o governo Lula teria apresentado desvios em relação ao antecessor. Assim, ao adotar uma visão “mais convencional e circunspecta sobre a política econômica se concentrou no Banco Central (BC), ao passo que o Ministério da Fazenda (MF) e outras partes do setor público, como o BNDES, adotaram uma visão mais heterodoxa” (Mesquita, 2014, p. 44).

Para Grün (2014), após o escândalo do mensalão, o governo Lula deu uma guinada na política macroeconômica. Para Jardim (2013), a crença em um Estado intervencionista foi iniciada a partir de 2006, quando houve mudanças na composição do governo, com a substituição de Antonio Palocci por Guido Mantega no Mi-

nistério da Fazenda e de José Dirceu por Dilma Rousseff na Casa Civil. Essas mudanças teriam sido reforçadas durante o enfrentamento à crise de 2008, com investimento no mercado interno.

Jardim (2013) defende, também, que a política fiscal adotada pelo governo Lula a partir de 2008 foi pautada pelos estímulos ao mercado interno¹. A autora cita como crença desenvolvimentista do período o investimento dos recursos dos fundos de pensão no PAC, gerando emprego e renda, especialmente no setor da construção civil, que passou a empregar beneficiários do programa Bolsa Família (Jardim, 2009, 2013).

Nesse sentido, o governo teria ampliado a intervenção estatal através de mecanismos destinados a oferecer financiamentos produtivos em longo prazo e com juros baixos para as obras do PAC. Também buscou estimular as empresas estatais que não foram privatizadas no governo Cardoso (caso da Eletrobrás, por exemplo) e permitiu que elas se associassem às empresas privadas para aumentar os investimentos com recursos do Tesouro. Finalmente, o BNDES redirecionou suas prioridades para investimentos estruturais, sob a lógica do desenvolvimento de empresas nacionais. Por fim, buscou incentivar a competitividade das empresas brasileiras em relação às multinacionais que operavam no país (no setor das telecomunicações, por exemplo), além de incentivar as companhias nacionais a se expandirem para o exterior.

1 Dentre as estratégias de estímulo ao mercado interno, citamos as que incluem a redução da taxa de juros básica pelo Banco Central; medidas para estimular o crédito; postergação do recolhimento de impostos para aumentar a capitalização das empresas e evitar problemas de liquidez das unidades produtivas; redução de impostos para estimular o consumo; fortalecimento do PAC como indutor aos investimentos públicos no setor produtivo; ampliação das funções do BNDES, que antes emprestava dinheiro somente para as grandes empresas e nesse contexto passou a emprestar para as pequenas e médias empresas; ampliação do Conselho Monetário Nacional (CMN); e alteração da regulamentação do sistema financeiro de caráter preventivo. Da mesma forma, programas sociais (como o Programa Bolsa Família) foram mantidos e houve ampliação do número de beneficiários do programa, além de aumentos pontuais do salário mínimo durante o período.

O governo Lula trouxe proteção às empresas de capital nacional e melhorou a distribuição de renda e proteção aos trabalhadores pobres, por meio da ampliação do acesso à educação superior, com destaque para a Restruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI).

Ademais, houve o aumento dos gastos com proteção social que produziu certo “crescimento através da distribuição” e que permitiu a monetarização de áreas pobres e a melhora de regiões atrasadas (Sallum e Goulart, 2016, p. 128). No seu conjunto, as estratégias econômicas do governo Lula agradaram o mercado, já que o governo manteve a estabilidade da economia, tal qual prometido na “Carta ao Povo Brasileiro” (Lula da Silva, 2002). Essas medidas teriam distanciado o governo Lula ainda mais das crenças neoliberais e o aproximando de um Estado com crenças reguladoras, ainda que com forte presença das finanças (Jardim, 2013).

Considerando o exposto, para fins deste artigo, consideramos que crenças desenvolvimentistas estiveram em holofote durante os anos Lula. Nas próximas seções conheceremos o perfil dos ministros de cada período, a partir de suas trajetórias. Antes, porém, apresentamos uma breve revisão bibliográfica sobre ministros.

3. Ministros como *locus* de estudo

No âmbito da Sociologia são raras as iniciativas em estudos sobre ministros, tema que tem interessado, sobretudo, à Ciência Política, especialmente pesquisas sobre o processo de recrutamento e sobre as trajetórias de ministros.

Para Codato e Franz (2017), esses estudos levantam o perfil da elite ministerial de seus respectivos países, considerando variáveis como idade, sexo, herança familiar, formação escolar, trajetória profissional, orientação ideológica do partido, experiência em cargos legislativos e ocupação de posições no alto escalão

do Estado ou em firmas privadas. Os mesmos autores afirmam que, no presidencialismo brasileiro, os ministros cumprem uma dupla função: assegurar que a formulação e a implementação de políticas públicas estejam de acordo com as diretrizes do Presidente da República e do programa do seu partido; e garantir, através de transações políticas, o apoio partidário para que esses projetos tenham sustentação e chances de aprovação pelo Congresso Nacional. Nesse sentido, a seleção de ministros e a formação de gabinetes teriam um papel estratégico político e para a boa condução do governo do Presidente da República.

Os mesmos autores afirmam que as pesquisas sobre gabinetes do regime semipresidencialista francês têm observado a ocupação de ministérios por indivíduos cada vez mais acostumados com as lógicas do campo político. François e Grossman (2012) têm percebido a presença de novos tipos profissionais, com a diminuição no número de tecnocratas, *experts* e ministros não partidários e o conseqüente incremento de quadros políticos com treinamento e carreiras cumpridas em entidades de representação, seja em cargos eletivos, seja na burocracia dos partidos políticos ou mesmo em movimentos sociais (François, Grossman, 2012).

No Brasil, D'Araújo (2009) fez uma radiografia do Executivo após a redemocratização e identificou que os “ministros são pessoas experientes na vida política, com forte enraizamento em atividades parlamentares e executivas em todos os níveis de governo” (D'Araújo, 2009, p. 25). De acordo com Costa e Codato (2013), isso seria um indicativo da existência de *expertise* política e administrativa como condição básica para nomeação ao ministério. Apesar de serem postos de nomeação, os ministérios também podem ser espaços de profissionalização política, a exemplo das Casas Legislativas.

Codato e Franz (2017) defendem que, no caso do Brasil, isso decorre da importância do critério partidário no recrutamento

ministerial. No presidencialismo multipartidário, o partido do presidente da República dificilmente consegue ser o partido majoritário no Congresso Nacional, forçando o chefe do governo a fazer alianças com outras legendas para conseguir apoio político e aprovar seus projetos de lei, emendas legislativas e medidas provisórias. Para garantir essa sustentação, o presidente precisa atrair os demais partidos para a base de apoio do governo, alocando-os nos ministérios ou nas burocracias a ele subordinadas. Essa barganha entre cargos políticos de alto escalão e apoio parlamentar nas duas Casas do Congresso Nacional impacta significativamente na composição dos ministérios (Abranches, 1988) e revela as estratégias perseguidas pelo recrutamento ministerial no Brasil. Vejamos, a seguir, nosso banco de dados sobre as trajetórias dos ministros nos governos Cardoso e Lula.

3.1. Banco de dados: governos Cardoso e Lula

3.1.1. Apresentação do banco de dados e processos metodológicos

O banco de dados da pesquisa geral é composto pelos dados prosopográficos de 393 ministros: 188 dos governos Fernando Henrique Cardoso, sendo 76 titulares e 112 interinos, e 205 dos governos Luiz Inácio Lula da Silva, sendo 75 titulares e 155 interinos. Para este artigo, consideramos apenas os ministros titulares da pasta, em um total de 151 ministros (76 do governo Cardoso e 75 do governo Lula). Lembramos que esses ministros se revezaram no primeiro e no segundo mandatos de cada governo, mas eles serão contados somente uma vez nesta pesquisa, pois nossa unidade de análise são os ministros, não os mandatos.

As fontes principais de pesquisa foram *websites* oficiais dos ministérios, *websites* de observadores das políticas públicas, matérias jornalísticas, além de consulta ao Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro, do Centro de Pesquisa e Documentação de

História Contemporânea do Brasil (CPDOC) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Os dados coletados foram organizados pela equipe no *software* Excel a partir dos seguintes grupo de variáveis: idade, sexo, cor, local de nascimento (cidade, estado, ano); profissão; escolaridade (escola pública ou privada, universidade); formação superior (instituição, curso, data da formatura, natureza pública ou privada); pós-graduação (modalidade de pós-graduação, ano); circulação internacional (instituição, curso, natureza pública e privada, orientador); trajetória política (histórico sobre a iniciação política; exerceu cargo público? Qual esfera? Forma de admissão? Familiares na política? Amigos?); filiação partidária; ocupação dos pais e avós, escolaridade dos pais e avós; estado civil (profissão do cônjuge em caso de casado); religião; notoriedade ou reconhecimento (prêmios, livros escritos); principais iniciativas no governo em que foi ministro; e pertencimento associativo.

Devido a uma necessidade de estabelecermos limites metodológicos, para este artigo trabalhamos com apenas seis variáveis (profissão dos ministros, ocupação dos pais e avós dos ministros, escolaridade dos ministros, universidade realizada, pós-graduação e circulação internacional), sendo que três variáveis ganharam destaque: a ocupação dos pais e avós dos ministros, a universidade realizada pelos ministros e a circulação internacional desses. A centralidade que Pierre Bourdieu dá ao “capital de origem” justifica nosso interesse pela profissão dos pais e dos avós dos ministros. Como afirmou Bourdieu (1996), a origem social é um holofote poderoso na elucidação das trajetórias, pois o *habitus* primário (instituição familiar) é uma primeira e profunda impressão social sobre o agente, que sofrerá outras sedimentações ao longo da vida. A tese de Lebaron (2000) sobre a influência do pensamento adquirido nas universidades, junto aos presidentes dos bancos centrais, nos inspira a dar destaque à instituição na qual os ministros realizaram a sua formação superior e a sua circulação internacional.

As variáveis foram construídas pela primeira autora deste texto, a partir do método de Bourdieu. O questionário aplicado por Pierre Bourdieu, no livro “A Distinção”, assim como a tese de Lebaron (2000) nos serviram de inspiração. Por fim, a estatística descritiva foi produzida por meio do *Software Statistical Package for the Social Sciences* (SPSS). Justificamos que não realizamos, para este artigo, a Análise de Correspondência Múltipla (ACM), pois nosso objetivo é conhecer a trajetória dos ministros e não objetivar o espaço social no qual esses estiveram inseridos. O uso da ACM será feito em artigo posterior.

3.2. Primeiro contato com o banco de dados: titulares e interinos

Em termos macrossociológicos, os dados de frequência indicam que os ministros (titular e interino) durante os governos Cardoso e Lula foram, em sua maioria, homens (99% e 88,5%, respectivamente) e quase todos brancos, com uma idade média de 54 anos (Cardoso) e 55 anos (Lula). Se considerarmos titulares e interinos, 96% possuía curso superior nos governos Cardoso, contra 80% nos governos Lula. Esse dado anima D’Araújo e Leite (2018) a afirmarem que “ministros formam uma elite acadêmica em todos os governos” (2018, p. 02). Em nossa perspectiva, falamos em “elite altamente escolarizada”.

Se considerados todos os ministros (titular e interino), independentemente do governo, as profissões mais comuns são: advogado (18,8%), economista (14,8%), político (14,1%), professor (5,9%) e médico (3%). Quando realizamos distinção por governo, esses dados mostram diferenças consideráveis. Por exemplo, a presença de operário-sindicalista é significativa no governo Lula, especialmente no primeiro mandato, representando quase 50% dos titulares e interinos. Quando olhamos para a ocupação dos pais e avós dos ministros Cardoso, quase 50% desses ministros são filhos e/ou netos de fazendeiros. No que se refere aos minis-

tros Lula, 80% são filhos ou netos de faxineiro, manicure, operário, pedreiro, ou seja, ocupações técnicas e sem qualificação.

Para completar a cartografia acima, indicamos que mais da metade deles (56,3%) nasceu no Sudeste do país, seguido pelo Nordeste (21,5%) e pelo Sul (13,7%). Ao todo, foram 16 mandatos femininos, contra 92,8% de mandatos chefiados por homens, nisso incluso Interino e Titular. Se considerarmos apenas mandatos titulares, esse número se reduz para nove. Dessas mulheres, apenas uma serviu ao governo Cardoso. As demais ocuparam o gabinete durante os governos do PT e na pasta de Titular.

No que se refere à questão racial, encontramos apenas dois casos no governo Cardoso, sendo Edson Arantes, o famoso Pelé, na titularidade da recém-criada pasta dos Esportes, e Mauro Barbosa, na mesma pasta, como interino. No governo Cardoso, não encontramos mulheres pretas, nem na pasta Interina, nem na pasta Titular.

Por outro lado, no governo Lula houve uma maior visibilidade de pessoas pretas, já que quatro ministros pretos estiveram em pasta de Titularidade, sendo eles: Gilberto Gil (Pasta da Cultura), Benedita da Silva (Assistência Social), Marina da Silva (Meio Ambiente) e Orlando Silva De Jesus Júnior (Ministro do Esporte). Contudo, apesar de algum avanço, esse cenário está longe de expressar a realidade racial brasileira.

No que se refere à profissão dos ministros, no governo Cardoso, encontramos um grande número de ministros com formação e/ou atuação em Engenharia, Economia, Direito, Medicina e Administração. Esses cinco campos de atuação somados correspondem a 70% do total de ministros no tocante à profissão/formação dos titulares. Por outro lado, o banco de dados do governo Lula indica as seguintes ocupações: operário, jornalista, professor, sindicalista e profissionais ligados a movimentos sociais. No primeiro governo Lula, 26% dos ministros possuíam origem sindical.

Para esta pesquisa, mais importante do que esse dado, é a profissão dos pais e avós desses ministros, pois, segundo nosso referencial teórico, é a partir da objetivação da ocupação dos pais e avós que identificamos a origem social de um agente. Segundo Bourdieu e Passeron (2014, p. 28), “[...] a origem social é, de todos os determinantes, o único que estende sua influência a todos os domínios e a todos os níveis da experiência dos agentes e primeiramente as condições de existência”.

3.3. Ocupação dos pais e avós dos ministros

No que se refere à ocupação dos pais e avós dos ministros, encontramos para o banco de dados do governo Cardoso quatro categorias profissionais que estão no topo da hierarquia social: **profissionais liberais** formados em escolas renomadas (advogados, médicos), **banqueiros e industriais, militares e servidores públicos de alto escalão** (desembargador e professor universitário). No conjunto, esses ministros formam 80% do todo. Por outro lado, o banco de dados do governo Lula indica uma predominância de ocupação de **nível técnico** (82%), como expresso a seguir:

Tabela 1: Profissão dos pais dos ministros dos governos Cardoso e Lula

Profissão Governo	Porcentagem Cardoso	Porcentagem Lula
Liberal	71%	6.7%
Comerciante	5%	6.7%
Banqueiro/Industrial	7.8%	1.3%
Ocupação técnica	5%	78,6%
Militar	7,8%	0%
Servidor público de alto escalão (Desembargador e professor Universitário)	3.9	2.7%
Funcionário público de escalão técnico	0	4%
Total	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

Para uma abordagem qualitativa, passamos a sublinhar alguns casos marcantes do banco de dados do governo Cardoso e, em seguida, do governo Lula. Trata-se apenas de uma ilustração, pois a discussão qualitativa não atinge os 151 ministros estudados.

Inicialmente, chamamos atenção para alguns agentes que estão no topo da hierarquia social: banqueiros e economistas, como José Eduardo de Andrade Vieira (filho do fundador do banco Bamerindus e que também foi presidente desse banco), Luiz Carlos Mendonça de Barros, Pésio Arida e Gustavo Franco; de clãs industriais, como Celso Lafer; e políticos oriundos de famílias tradicionais, a exemplo de Rafael Valdomiro Greca de Macedo, José Sarney Filho e Francisco Dornelles. Além disso, muitos ministros são filhos e netos de desembargadores, deputados e governadores. Identificamos, também, que pais e avós de seis ministros foram militares: Francisco Dornelles, Mauro César Rodrigues Pereira, Pedro Malan, Ronaldo Mota Sardenberg, Waldeck Vieira Ornélas e Walter Werner Brauer; todos são oriundos do Instituto Rio Branco, instituição de grande prestígio nacional. É igualmente importante notar que os avós e pais desses ministros foram políticos influentes no Brasil.

Chamamos atenção para uma categoria de nível intermediária encontrada no governo Cardoso, que é a ocupação comerciante. Ministros que se declararam filhos de comerciantes, são quatro: Renan Calheiros, que declarou em autobiografia que vem de família de classe média, sendo filho de comerciante; Ramez Tebet, cuja profissão dos pais também era comerciante. Não sabemos a natureza desse comércio, mas sua trajetória indica ser de origem média, já que o ministro Ramez Tebet estudou Direito na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e foi prefeito e promotor da sua cidade natal no Mato Grosso do Sul. Também, o ministro Antonio Kandir se declarou filho de mascates no comércio popular. Por fim, citamos o caso de José Serra, que contou em sua biografia que seus pais eram comerciantes em uma

barraca de frutas no mercado municipal de São Paulo e seus avós eram analfabetos. Apesar de considerarmos em nossa avaliação que Serra é filho de comerciantes, essa informação não é consensual, a saber:

José Serra tem 70 anos, é paulista, filho único de italianos. Seu pai era um bem-sucedido comerciante no ramo de frutas. José Serra foi criado em uma ampla e confortável casa na Mooca, São Paulo. Quando Serra tinha 11 anos, sua família se mudou para uma luxuosa casa em São Paulo na Rua Antônio de Gouveia Giudice, no bairro nobre de Alto Pinheiros (Amorim, 2010, n.p.).

A biografia de Serra mostra que ele estudou primeiramente em escola pública e depois em colégio particular, portanto, podemos relativizar as informações dadas por Serra, em diálogo com o depoimento de Henrique Amorim.

Na base da hierarquia, os pais com menores anos de estudo, ou seja, oriundos de ocupação técnica, são três: um técnico de Raio X, um agricultor e um mecânico de automóvel. Os filhos de ministros cuja profissão ou ocupação são de origem menos prestigiada são: Sérgio Roberto Vieira da Motta, cujo pai era técnico de Raio X; Iris Rezende Machado, filho de agricultor e de dona de casa; e Élcio Álvares, filho de mecânico de automóvel, que por sua vez estudou Direito em faculdade particular no Espírito Santo. Por fim, o ministro Eliseu Padilha se declarou de classe popular, mas não informou a origem familiar. É possível que essa informação seja real, já que Padilha fez estudos técnicos. Inicialmente fez Técnico em Contabilidade e depois cursou Direito em faculdade particular.

Não encontramos dados sobre a família do ministro Odacir Klein, mas o ministro fez curso Técnico em Contabilidade e em seguida faculdade particular de Direito em Passo Fundo (Rio Grande do Sul). As suas opções de formação (sobretudo o curso Técnico em

Contabilidade) podem ser fortes marcadores simbólicos de sua classe de origem, a classe popular. Por isso, os pais do ministro foram encaixados na categoria ocupação técnica.

No conjunto, os dados prosopográficos dos ministros dos anos Cardoso indicam a reprodução no poder de uma elite econômica e cultural, que, em alguns casos, representa até quatro gerações de sobrenomes tradicionais na política brasileira. Os dados permitem afirmar que esses ministros são herdeiros de um patrimônio familiar que atravessa gerações. Lembramos que a família é uma categoria central na obra de Bourdieu. Em Bourdieu e Passeron (2014), é a família que transmite seu capital cultural a seus herdeiros, estimulando o acesso a bens ditos de “bom gosto” e “bom tom”, os quais estão associados às classes sociais mais altas. Uma outra consequência é que esse mesmo capital cultural é valorizado pela escola, promovendo as consagrações dos “mais dotados” e a desclassificação dos “fracassados”, em um ciclo de reprodução quase “mágica” das desigualdades sociais.

No que se refere ao banco de dados sobre a profissão dos pais e avós dos ministros Lula, encontramos ao menos cinco categorias de ocupação: técnica (59); comerciante (5); funcionário público de nível técnico (3); profissionais liberais, como advogado e médico (5); profissionais de nível superior, como professor universitário (1) e embaixador (1), e banqueiro (caso de Henrique Meirelles).

Sobre os ministros cujos pais têm profissão de prestígio e que estariam no topo da hierarquia social, encontramos oito: é o caso de Celso Amorim (pai embaixador), Ciro Gomes (pai e mãe eram professores), Eduardo Campos (pai escritor, mãe advogada e avós tinham nível superior), Geddel Vieira Lima (pai advogado), Gilberto Passos Moreira (pai médico, mãe professora primária), João Luiz Silva Ferreira (pai era engenheiro civil, sua mãe professora primária) e Marcio Thomaz Bastos (pai médico, mãe dona de casa). Destaque para a trajetória de Henrique Meirelles,

então filiado ao Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Seu pai era advogado, a mãe era estilista e o avô paterno era político de profissão. Estudou nos melhores colégios de Goiás, fez engenharia civil na Universidade de São Paulo (USP Poli) e teve passagem por Harvard. Trata-se de um típico filho das classes dominantes, no sentido estabelecido por Bourdieu (2002).

Também, identificamos cinco filhos de comerciantes no banco de dados Lula, que definimos como “classe média”. Caso de Dilma Rousseff, cujos avós e mãe eram professores primários e o pai era comerciante; Fernando Haddad, cuja mãe era professora do magistério e o pai comerciante; por fim, Guido Mantega, que declarou em biografia que os pais eram comerciantes, contudo, não informou que tipo de comércio possuíam. Mas sabemos que Guido estudou em “bons colégios” e que possuía origem social bastante privilegiada. O pai de José Campos Temporão possuía um restaurante e Humberto Lima declarou serem os pais comerciantes, mas não informou que tipo de comércio. Contudo, fez estudos em colégio particular e inclusive passou em segundo lugar no curso de Medicina em universidade pública. Trata-se de um marcador simbólico de classe média, o que o coloca junto com os demais ministros considerados por nós de classe média.

Um terceiro tipo encontrado é o servidor público de nível técnico, pois o banco de dados indica três filhos de funcionário público de escalão médio: Carlos Eduardo Gabas (pai era funcionário da Caixa Econômica Federal), Fernando Rodrigues Lopes de Oliveira (pai era funcionário público em um hospital) e Luiz Paulo Barreto (pai era funcionário do Superior Tribunal Militar).

O que fica evidente nos dados, é que a maior parte dos ministros titulares (59/75) possuía uma origem social popular. Identificamos tratar-se de filhos e netos de artesã, tecelã, costureira, dona de casa, eletricitista, operário da construção civil, manicure, caminhoneiro, mecânico, operário, trabalhador da roça (agricultor), faxineiro/a, seringueiro, tipógrafo, isto é, ocupações com baixo

investimento em capital cultural legítimo, ou melhor, ocupações que detêm capital cultural não valorizado no mercado de bens simbólicos (Bourdieu, 2002).

Em nossa pesquisa, agrupamos essas ocupações como Técnica e representam 78% do banco de dados do governo Lula. Se somarmos essa ocupação com aquela da rubrica “servidor público de nível técnico”, esse número chega a 82%. Como dado complementar, 32% desses ministros titulares possuíam filiação e militância partidária, especialmente ligadas ao PT.

Uma primeira conclusão é que a ascensão do governo Lula ao poder sinaliza para a chegada de um novo grupo político, rompendo com a reprodução identificada no banco de dados do governo Cardoso. Trata-se de um grupo de origem popular, sindical e do movimento social. A presença de sindicalistas no governo Lula foi sinalizada por Jardim (2009), em pesquisa que tratou da gestão de fundos de pensão por sindicalistas no governo Lula.

Ainda sobre a presença de sindicalistas no governo Lula, como nos lembra D’Araújo (2009), até a Carta de 1988 as centrais eram ilegais e a Constituição não as legalizou, mas também não as criminalizou. A legalização das centrais só viria a ocorrer em meados de 2008, no governo Lula. Nesse sentido, a participação de dirigentes de Centrais Sindicais nos Ministérios, pode-se dizer, é uma inovação do governo Lula, com presença mais acentuada em seu primeiro mandato.

3.4. Trajetória escolar e Circulação Internacional

Nos próximos itens abordaremos a trajetória escolar dos ministros, por meio das seguintes variáveis: tipo de escola onde estudaram, tipo de universidade, pós-graduação e circulação internacional.

Tabela 2: Tipo de escola dos ministros dos governos Cardoso e Lula

Tipo de escola	Frequência e porcentagem Cardoso	Frequência e porcentagem Lula
Escola/Colégio particular	98.7%	12%
Escola pública	1.3%	88%
Total	100%/	100%

Fonte: Dados da pesquisa

No que se refere ao governo Cardoso, quase cem por cento dos ministros realizaram seus estudos em colégio particular, sendo que os que mais aparecem no material coletado são: Santo Inácio (Rio de Janeiro), American Graded School (São Paulo), colégio Arnaldo (Minas Gerais, ministro José Vargas), colégio Dom Bosco (São Paulo, vários ministros paulistas), Colégio São Judas Tadeu (São Paulo, onde Serra estudou parte da sua vida), Grupo Escolar Princesa Isabel (São Paulo, local onde Luiz Carlos Bresser-Pereira estudou) e Colégio Santa Cruz (São Paulo, colégio de Luiz Mendonça de Barros).

No que se refere aos ministros do governo Lula, 88% deles realizaram seus estudos iniciais em escola pública. Identificamos que alguns deles fizeram curso técnico profissionalizante, em substituição ao ensino médio. Marina da Silva e Luiz Marinho foram alfabetizados em idade adulta, via supletivo.

Apesar dessas dificuldades de origem, um número elevado realizou universidade pública, tal qual os ministros Cardoso.

Tabela 3: Universidade frequentada pelos ministros nos governos Cardoso e Lula

Tipo de Universidade	Frequência e porcentagem Cardoso	Frequência e porcentagem Lula
Universidade pública	72%	65%
Universidade privada	24%	24%
Não concluiu o ensino superior	4%	1/%
Total	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa

O banco de dados permite afirmar que o grupo Cardoso dá preferência por universidades públicas (55 deles), especialmente a USP (25 deles). As universidades privadas do conjunto de ministros são aquelas de prestígio, como a FGV, as universidades católicas, especialmente a PUC-RIO e a Mackenzie. Exceção para o ministro Pelé, que cursou Educação Física em uma universidade particular e desprestigiada, na cidade de Santos.

No que se refere aos ministros do governo Lula, identificamos que 49 deles estudaram em universidades públicas. Chamamos atenção para o fato de que a UNICAMP² e a UFRJ, juntas, são responsáveis pela formação de 40 desses ministros. Um dado parecido (54% da amostra) foi identificado por D'Áraujo e Leite (2018), que na ocasião sugeriram a necessidade de investigar a influência dessa formação no pensamento desses ministros, o que, em alguma medida, estamos realizando neste artigo.

Considerando que esses ministros são filhos das classes populares (conforme explicitado na tabela 1), podemos afirmar que eles constituem a primeira geração de uma determinada família que teve acesso ao ensino superior, mesmo que em alguns casos tardiamente, como é o caso dos ministros alfabetizados em idade adulta.

No próximo item abordaremos a pós-graduação dos ministros. Para fins de pesquisa, agrupamos em uma única categoria, a de “pós-graduação”, as formações em nível especialização, mestrado e doutorado. Por essa categorização, 90% dos ministros Cardoso realizaram pós-graduação, contra 58% do governo Lula.

2 Universidade Estadual de Campinas.

Tabela 4: Pós-Graduação dos ministros dos governos Cardoso e Lula

Pós-Graduação Ministros	Frequência e porcentagem Cardoso	Frequência e porcentagem Lula
Sim	90%	58%
Não	10%	42%
Total	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Assim como na graduação, os ministros Cardoso realizaram estudos de pós-graduação em escolas de renomes, nas áreas de Direito, Economia e Administração, necessariamente nessa ordem. Dentre as universidades públicas, a USP é a instituição mais procurada. Dentre as privadas, destaque para instituições de renome, tal qual discussão apresentada na tabela 3. No que se refere à titulação de doutor, encontramos 40% de títulos de doutores no governo Cardoso, contra 20% para o governo Lula.

No que se refere à pós-graduação, os ministros do governo Lula também dão preferência às áreas mais tradicionais, como Economia, Direito e Administração. Contudo, identificamos um crescente interesse por Ciências Sociais, já que cinco ministros do governo Lula realizaram mestrado e/ou doutorado em Ciências Sociais.

Outra informação importante é que muitos ministros realizaram graduação, especialização, mestrado e/ou doutorado pela Unicamp. Unicamp e UFRJ aparecem como as escolas que mais concentram ministros do governo Lula. Os dados indicam que, pelo menos em algum momento da formação, os ministros passaram por essas instituições. Como existe relativo consenso no campo acadêmico de que a Unicamp e a UFRJ possuem uma orientação intelectual marcada pela crença desenvolvimentista, esse dado estaria em diálogo com nosso argumento, o de que haveria homologia entre trajetórias individuais dos ministros e crenças econômicas vigentes em cada governo, já que nessas universidades entrariam em contato com as crenças econômicas que defenderiam como ministros.

No que se refere à circulação internacional, os dados confirmam a presença de uma elite cultural no governo Cardoso, já que quase todos os ministros tiveram algum tipo de passagem pelo exterior, conforme tabela 5.

Tabela 5: Circulação Internacional dos ministros Cardoso e Lula

Circulação Internacional	Frequência e porcentagem Cardoso	Frequência e porcentagem Lula
Circulação Internacional	96.1	28%
Não circula internacionalmente	3.9	72%
Total	100%	100%

Fonte: Dados da pesquisa.

Nos chamou atenção a “naturalidade” com a qual os ministros do período Cardoso circularam durante e após a fase de formação acadêmica, em espaços de prestígio, especialmente nos Estados Unidos, como exemplo: Cambridge, Harvard, Princeton, Berkeley, Columbia, Cornell University, em Yale University, Universidade de Georgetown, em Washington e no Massachusetts Institute of Technology e Bradley University.

Se relacionarmos essa intensa circulação internacional com a origem social desses agentes (explicitada na tabela 1), podemos reforçar que os agentes partícipes da administração Cardoso possuíam um elevado capital social, econômico e cultural.

Em contrapartida, o banco de dados do governo Lula mostra menos casos de circulação internacional, ou seja, apenas 21 ministros estudaram no exterior. Citamos como exemplo passagens pela Sorbonne-França (Carlos Minc), Universidade Federal de Madri Alcalá de Henares - Espanha (Carlos Esteves Lima), London School of Economics and Political Science - Inglaterra (Celso Amorim), Harvard Law School - EUA (Ciro Gomes), École Practique des Hautes Études - França (Cristovam Buarque) e Universidade McGill -Canadá (Fernando Haddad). É possível que nesse grupo exista uma certa predileção pelas

universidades da Europa, hipótese que será explorada futuramente.

Se considerarmos que, para Bourdieu (1968), as aspirações escolares desdobram-se em objetividades referentes à realidade de cada agente social, ou seja, as escolhas escolares são delimitadas em função das trajetórias, dentro de um campo do possível, podemos considerar que esses ministros romperam com a estrutura social, pois, apesar de suas origens modestas e do fato de concorrerem em desvantagem no mercado de bens simbólicos, tornaram-se ministros de importantes pastas, por caminhos alternativos, como a militância política. Tradicionalmente, o campo político é ocupado por “herdeiros”, mas os ministros-sindicalistas do governo Lula quebraram essa *doxa* dominante.

4. Reprodução e ruptura: trajetória e crença dos ministros

Com inspiração em Pierre Bourdieu e seus colaboradores, adotamos como perspectiva para esta pesquisa que *habitus* são fabricados a partir das experiências individuais dos agentes, com destaque para as experiências familiares (origem social) e também a socialização secundária (escola, universidade e demais espaços sociais). Como informado por Bourdieu (2003), para objetivar o *habitus* é preciso localizá-lo em uma trajetória social. Nesse sentido, estudamos a trajetória de 151 ministros dos períodos Cardoso e Lula, buscando nos aproximar de suas crenças individuais. Em seguida, buscamos identificar possíveis homologias entre as crenças desses ministros e as crenças econômicas vigentes nos períodos estudados.

O exame das trajetórias dos ministros Cardoso sugere que suas ascendências são de origem de classe média alta (médicos, advogados, fazendeiros, diplomatas, professor universitário, empresários). No plano da socialização secundária, o acesso à escola e à universidade, damos atenção aos espaços onde estudaram,

sobretudo na fase adulta. Nesse momento, identificamos que esses ministros estudaram em escolas e universidades renomadas, com destaque para a USP (universidade pública), FGV, PUC-Rio e Mackenzie (universidades privadas) e algumas universidades americanas, como Harvard, Berkeley, Columbia, Cornell University e Yale, que promovem crenças neoliberais.

Em estudo sobre presidentes dos bancos centrais, Lebaron (2000) demonstra existir forte relação entre a trajetória dos presidentes dos bancos centrais e as universidades nas quais estudaram. Para o autor, o impacto na trajetória aconteceria não apenas em termos de titulação, mas sobretudo em termos simbólicos: além de ter acesso a um pensamento acadêmico determinado em sala de aula, os agentes passariam a maior parte do tempo em socialização com colegas, que também estariam expostos às mesmas crenças, reforçando essa aprendizagem; as relações de amizade e de afeto, adquiridas nesse espaço de socialização secundária, teriam a função simbólica de reforço da crença compartilhada pela universidade, em formato de teorias econômicas.

Nesse sentido, se considerarmos as variáveis destacadas na propopografia – origens sociais, socialização secundária via escolas e universidades – os ministros do período Cardoso circularam em escolas e em universidades que tendem a reforçar a classe de origem, com destaque para as universidades onde realizaram seus estudos, uma vez que Loureiro (1997) já nos chamou atenção para uma orientação mais “privatista e de mercado” na formação em economia da FGV e PUC-Rio. Como complemento ao ritual de formação, os ministros passaram por universidades americanas, que por sua vez defendem crenças neoliberais, em forma de teoria econômica, cumprindo todos os rituais simbólicos de reforço da crença.

Por outro lado, o banco de dados dos ministros do governo Lula demonstra tratar-se majoritariamente da baixa classe média e

boa parte da classe popular, já que a ocupação dos pais dos ministros é de origem popular (agricultor, manicure, dona de casa, faxineira, costureira, mecânico). No que se refere à socialização secundária, identificamos que o conjunto dos ministros fez escola pública, sendo que em alguns casos o ensino médio foi substituído pelo curso técnico profissionalizante. Identificamos, ainda, uma acentuada participação em movimentos sociais, com destaque para o movimento sindical, o equivalente a 30%, confirmando uma assertiva de Sallum e Goulart (2016), qual seja, a grande maioria dos nomes do governo Lula exerceu atividade partidária e/ou sindical.

No que se refere à formação acadêmica, nos chamou atenção um fato que também recebeu destaque em D’Araujo e Leite (2018), a saber: uma concentração na formação dos ministros Lula na UNICAMP e UFRJ. Em nosso banco de dados, dos 49 ministros que realizaram ensino superior, 40 deles passaram por essas duas instituições, em algum momento da formação, seja na graduação e especialização, seja mestrado ou doutorado. Lembremos que essas instituições compartilham discursos desenvolvimentistas, igualmente em forma de teorias econômicas.

Se considerarmos as três variáveis encontradas na prosopografia — origens sociais populares, acentuada militância sindical e a passagem por universidade de cunho desenvolvimentista — temos uma especificidade na trajetória dos ministros Lula em relação aos ministros do período anterior. Da mesma forma, indica alguma homologia entre as trajetórias desses ministros — sobretudo a passagem por universidade de cunho desenvolvimentista — com as crenças econômicas vigentes do período.

Por fim, o artigo retira do conceito de Estado seu poder abstrato e transcendental. Na perspectiva que assumimos, o Estado é resultado das trajetórias dos agentes que o compõem, que, por sua vez, influenciam e são influenciados pelo pensamento do Estado. Dessa feita, o Estado, em diálogo com as trajetórias dos minis-

tros, “molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns e formas de pensar, contribuindo de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção de realidade social” (Bourdieu, 1996, p. 25). Neste artigo, consideramos que o Estado em cada período analisado impôs crenças econômicas, ora neoliberal, ora desenvolvimentista, as quais estavam em homologia com as trajetórias dos ministros, com destaque para as universidades onde estudaram.

Considerações finais

A pesquisa buscou relacionar crenças econômicas vigentes nos governos Cardoso e Lula com as trajetórias dos ministros que estiveram à frente do poder. A hipótese que nos motivou seria a de que a pré-disposição dos ministros para crenças neoliberalizantes ou desenvolvimentistas seriam fabricadas, sobretudo, a partir da socialização secundária, expressa neste texto pelas universidades pelas quais passaram e pelas passagens pelo exterior. No caso dos ministros do governo Lula, destacamos, também, as atividades de militância.

A revisão bibliográfica sobre o governo Cardoso permitiu afirmar que esse governo, em diálogo com a *doxa* internacional vigente, colocou em prática a crença neoliberal por meio da privatização das estatais e deu maior espaço para as empresas estrangeiras, em detrimento da política de valorização das empresas, dos bancos públicos e do mercado interno nacional. Ainda por meio da revisão bibliográfica, apontamos que o governo Lula promoveu a crença desenvolvimentista, por meio de um Estado forte, que coordenou os mercados e produziu bens e serviços através das empresas estatais e parcerias com o capital privado. Além disso, teria implantado projetos com base nos recursos oriundos do mercado financeiro – especialmente dos fundos de pensão – via emissão de títulos públicos e por meio de investimentos diretos nas empresas.

Portanto, o Estado esteve presente nos dois períodos: em um, o Estado coordenou a liberdade aos mercados; em outro, negociou com o mercado. Mesmo que alguns aspectos do arcabouço teórico liberal tenham sido mantidos no governo Lula, a concepção estatal fora fortalecida através do reforço das instituições do executivo e dos agentes de seus ministérios. Ademais, o Estado foi redirecionado, em convergência com o mercado, para a proteção e a inclusão das camadas mais baixas da estrutura social, colocando em pauta o desenvolvimento social. Por sua vez, o governo Cardoso manteve uma política econômica em diálogo com o capital internacional. Para tanto, o Estado legislou todo o aspecto jurídico que possibilitou a efetivação da crença neoliberal. Nesse sentido, o Estado sempre esteve presente no governo Cardoso, mas cumprindo a tarefa de regulador da economia e autorizando, via marco jurídico, a sua autonomia.

No que se refere aos dados prosopográficos dos ministros, esses nos permitem afirmar que os ministros do governo Cardoso são oriundos de uma elite econômica e política do país, que circulou em escolas e em universidades que tenderiam a reforçar a sua classe de origem. Uma outra especificidade desses espaços de formação é que essas instituições estariam mais afinadas com a crença neoliberal, divulgada ao alunato, em forma de teoria econômica. No banco de dados do governo Lula, identificamos um grupo majoritariamente oriundo da classe popular, com filiação sindical, participação no movimento social e com formação em universidades mais sensíveis à crença desenvolvimentista, como UNICAMP e UFRJ. Igualmente, a passagem por essas universidades teria reforçado a homologia entre as crenças dos ministros e as crenças econômicas estatais do período.

Por fim, apoiados no estudo das trajetórias dos ministros, defendemos que as crenças estatais vigentes nos governos Cardoso (neoliberal) e Lula (desenvolvimentista) teriam alguma homologia com as trajetórias dos ministros, expressa especialmente a partir das universidades pelas quais passaram. Essa constatação

contribui em estudos que buscam entender o papel da universidade na formação do pensamento de ministros ou de outros agentes públicos.

Referências

- Abranches, A. Presidencialismo de coalizão: O dilema institucional brasileiro. **Revista DADOS**, Rio de Janeiro. Vol. 31, N. 1, 1988, p. 5-34.
- Amorim, P. H. **Sobre José Serra**. Conversa Afiada. 2010, [05-01-2010]. Disponível em: <https://www.youtube.com/user/cafiada>. Acesso em: 20 set. 2018.
- Antunes, R. **A desertificação neoliberal no Brasil**: Collor, FHC e Lula. Campinas: Autores Associados, 2004.
- Boito Jr, A. A hegemonia neoliberal no Governo Lula. **Revista Crítica Marxista**, nº 17, vol. 02, 2003, p.24-44.
- Boschi, R. Estado desenvolvimentista no Brasil: continuidades e incertidumbres. **Revista Ponto de Vista**, Viçosa, vol.20, n. 2, 2010, p. 26-46.
- Bourdieu, P. **O Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 2003.
- Bourdieu, P. **Sobre o Estado**. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.
- Bourdieu, P; Passeron, J.C. **A Reprodução: Elementos para uma Teoria do Sistema de Ensino**. Covilhã: LusoSofia, 2009.
- Bourdieu, P; Passeron, J.C. **Os herdeiros: os estudantes e a cultura**. Florianópolis: Ed. UFSC, 2014.
- Bourdieu, P; Saint Martin, M. La sainte famille: l'épiscopat français dans le champ du pouvoir. **Actes de la Recherche en Sciences Sociales**, Paris, n. 44-45, 1982, p. 2-53.
- Bresser-Pereira, L. C. **Macroeconomia da estagnação: Crítica da ortodoxia convencional no Brasil pós-1994**. São Paulo: Ed 34, 2007.
- Codato, A; Franz, P. Recrutamento ministerial no Brasil: comparando as presidências de FHC e Lula. **E-legis**, Brasília, n. 22, 2017, p. 44-62.
- D'Araújo, M. C. S; Leite, G. R. Trajetória socioeducacional dos ministros brasileiros na Nova República (1985-2014). **Revista Sociologia Política**, Florianópolis, vol. 26, no. 65, 2018, p. 39-61.

D'Araújo, M. C. Os ministros da Nova República. Notas para entender a democratização do Poder Executivo. **Paper** apresentado ao II Consad, Brasília, 2009

Dezalay, Y. Garth, B. **The Internationalization of Palace Wars: Lawyers, Economists, and the Contest to Transform Latin American States**. Chicago: Press, 2002.

Dutra, K. **As creanças transmitidas por escolas de negócios**: um olhar sobre a FGV-EAESP e a Chicago Booth School of Business. 2012. 215 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais), Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, Universidade Estadual Paulista.

EliaS, N. **O processo civilizador**: uma história dos costumes (vol.1). Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994.

Gourinchas, M; BaBB, S. L. The Rebirth of the Liberal Creed: Paths to Neoliberalism in Four Countries. **American Journal of Sociology**, Chicago, v. 108, n. 3, 2002, p. 533-579.

Grun, R. A dominação financeira no Brasil contemporâneo. **Tempo Social**, São Paulo, vol. 25, no., 2014, p. 179-21.

Grun, R. Entre a plutocracia e a legitimação da dominação financeira. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol.22, no. 65, 2007, p. 85-107.

Jardim. M. C. A Crise Financeira de 2008: Os Discursos e as Estratégias do Governo e dos Fundos de Pensão. **Revista Dados**, Rio de Janeiro, vol. 56, 4, 2013, p. 901-941.

Lebaron, F. A formação dos economistas e a ordem simbólica mercantil. **Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**, Araraquara, vol. 4, n. 2, 2012, p. 06-26.

Lopreato, F. L. C. **Caminhos da política fiscal do Brasil**. São Paulo: UNESP, 2013.

Lula da Silva, L. **Programa do PT**: Um Brasil para todos: crescimento, emprego e inclusão social. PT. 2002, [20-10-2002]. Disponível em: www.pt.org.br. Acesso em: 20 set. 2018.

Marques, R; Mendes, A. Social no Governo Lula: a construção de um novo populismo em Tempos de aplicação de uma agenda neoliberal. **Revista de Economia Política**, São Paulo, vol. 26, no. 1 (101), 2006, p. 58-74.

Merton, R. K. **Science, Technology, and Puritanism in Seventeenth Century England**. *Osiris*, Notre Dame (Illinois), v. 4, 1938, p. 360-632.

Mesquita, M. A política econômica do governo Dilma: a volta do experimentalismo. In: Centro de Debates de Políticas Públicas (Orgs.). **Sob a luz do sol: uma agenda para o Brasil**. São Paulo: IEPE / CdG, 2014, p.3-15.

Mundo Neto, M. **Transformações na indústria sucroalcooleira brasileira no início do século XXI: das famílias aos acionistas**. 300 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

Pinassi, M. O. (Neo)Desenvolvimentismo ou luta de classes? **Viomundo**. 2012, [10-01-2013]. Disponível em <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/maria-orlanda-pinassineodesenvolvimentismo-ou-luta-de-classes.html>. Acesso em: 20 set. 2018.

Sallum, B. O Brasil sob Cardoso: neoliberalismo e desenvolvimentismo. **Revista Tempo Social, São Paulo, v.11, n. 02**, pp. 23-47. 1999.

Sallum, B; Goulart, J. O Estado brasileiro contemporâneo: liberalização econômica, política e sociedade nos governos FHC e Lula. **Revista Sociologia Política**, Florianópolis, vol. 24, n. 60, 2016, p. 115-135.

Silva, M. R. **Novos Enquadramentos culturais na relação estado e mercado entre 2002-2012**. 216 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2015.

Tavares, M. C. (Des)ajuste Global e Modernização Conservadora. In: Tavares, M.C; Fiori, J.L. (Org.). **(Des)ajuste Global e Modernização Conservadora**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 1999, p. 13-137.

Recebido em 20/02/2020

Aprovado em 28/04/2021

